

Lei do Alabama criminaliza assistência médica a transgêneros

10/04/2022

A governadora republicana do Alabama (EUA), Kay Ivey, sancionou, na última sexta-feira (8/4), uma nova lei que criminaliza qualquer tipo de assistência médica, definida como "tratamento de afirmação de gênero" (*gender-affirming care*), a transgêneros e não binários.

Shutterstock



Shutterstock

Ao assinar a lei, aprovada pela maioria republicana da Assembleia Legislativa do estado, a governadora declarou a justificativa para a criação da nova medida legislativa — ou porque uma pessoa não tem outra opção de gênero, a não ser aquela registrada no nascimento:

"Acredito firmemente que, se Deus fez você um menino, você é um menino; se fez você uma menina, você é uma menina."

A lei prevê pena de prisão de até dez anos e multas para qualquer médico ou outro profissional de saúde que prestar assistência médica — tal como intervenção cirúrgica, hormonioterapia, bloqueadores de puberdade, terapia da fala ou qualquer outro tratamento que ajude na transição de gênero — a crianças e adolescentes de até 19 anos. Recomendar apenas também é crime.

"Devemos, especialmente, proteger nossas crianças contra essas drogas e cirurgias radicais, que alteram suas vidas, quando elas estão nessa fase vulnerável de suas vidas", disse a governadora. "Nossa juventude enfrenta desafios reais, por causa das pressões sociais e da cultura moderna de hoje."

Apenas um outro estado, o Arkansas, passou legislação que restringe o acesso a tratamento de afirmação de gênero a crianças e adolescentes. A lei foi sancionada, mas imediatamente bloqueada por um juiz federal, pelo menos até que uma ação movida pela *American Civil Liberties Union* (ACLU) seja decidida.

No entanto, existem mais de 30 projetos de lei em andamento em assembleias legislativas estaduais, que também proíbem a prestação de assistência médica para afirmação de gênero a transgêneros e não binários, de acordo com levantamento da organização [Freedom for All Americans](#), citado pelo jornal *The Hill*.

Também estão em tramitação nas assembleias legislativas de vários estados conservadores-republicanos projetos de lei que proíbem a busca de tratamento de afirmação de gênero em outros estados — isto é, em estados liberais-democratas que sequer cogitam discutir leis como essas.

No Alabama, a governadora Kay Ivey também sancionou uma outra lei que proíbe estudantes transgêneros de usar instalações segregadas por sexo, tais como banheiros e vestiários, com base em suas identidades de gênero.



O Alabama aprovou ainda uma emenda a uma lei existente, que proíbe professores, do jardim de infância ao quinto ano, de tratar em sala de aula de qualquer assunto relativo a orientação sexual ou identidade de gênero.

Tal legislação é uma cópia de uma lei semelhante sancionada recentemente pelo governador da Flórida, Ron DeSantis, que ganhou o apelido de "Don't Say Gay" (não mencione a palavra gay). A lei proíbe os professores de conversar sobre o assunto com estudantes LGBTQ+ e com crianças que tenham membros da comunidade LGBTQ+ na família.

Outras medidas para impedir a afirmação de gênero vêm sendo tomadas por alguns estados. Por exemplo, o governador republicano do Texas, Greg Abbott, expediu uma ordem, em fevereiro, que encarrega órgãos estaduais de investigar pais de transgêneros e não binários, "que abusam seus filhos por permitir que recebam tratamento de afirmação de gênero". Uma liminar de um juiz federal bloqueou as investigações.

No Alabama, a reação de organizações liberais foi imediata. Uma coalisão de opositores, que inclui a ACLU, a Lambda Legal, o Transgender Law Center e a banca Cooley LLP anunciaram, no mesmo dia que a lei foi sancionada, que irão mover uma ação judicial para impedir que ela entre em vigor.

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2022-abr-10/lei-alabama-criminaliza-assistencia-medica-transgeneros/>